

## **RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO**

### **SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO 1.º SEMESTRE DE 2019**

#### **INTRODUÇÃO**

1. Para os efeitos do artigo 77.º, n.º 2, alínea d) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, apresenta-se relatório informativo sobre a situação económica e financeira do **Município de Celorico da Beira**, reportado ao período de 6 meses findo em 30 de junho de 2019, incluída nos Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 4.654.675,55 € de despesa paga e um total de 5.040.375,20 € de receita cobrada, no Balanço (que evidencia um total de ativo líquido de 48.239.623,78 € e um total de fundos próprios de 19.876.338,59 €, incluindo um resultado líquido de 573.368,33 €) e na Demonstração dos resultados.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

#### **RESPONSABILIDADES**

3. Responsabilidade do órgão de gestão pela informação financeira semestral:
  - a) a preparação de informação financeira histórica e orçamental que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com o POCAL;
  - b) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
  - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de informação financeira isenta de distorção material devido a fraude ou erro;
  - d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade, a execução orçamental, a posição financeira ou os resultados da entidade; e
  - e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.
4. Responsabilidade do auditor pela informação financeira semestral:  
 Nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, a nossa responsabilidade consiste em remeter, semestralmente, aos órgãos executivo e deliberativo, informação económica e financeira independente baseada no trabalho efetuado.

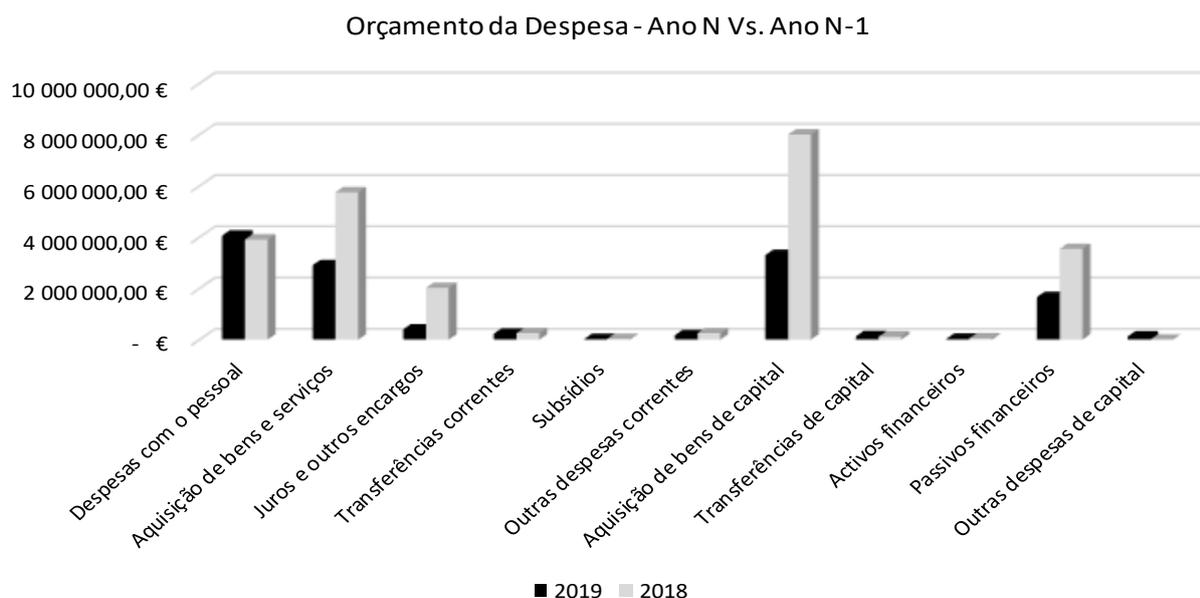
## ANÁLISE ORÇAMENTAL

5. A execução orçamental revela os valores e a evolução a seguir representados:

**Mapa 1 – Execução Orçamental da Despesa (em Euros)**

Classif. Económica da Despesa		Dotação Corrigida	Compromissos assumidos	Saldo	Grau Exec. efectiva	Despesas pagas	Saldo	Grau Exec. Orç Jun 19	Grau Exec. Orç. Jun 18	Grau Exec. Orç. Dez 18
Cl.	Designação									
01	Despesas com o pessoal	4 057 131,00	3 973 246,39	83 884,61	97,93%	1 905 799,36	2 151 331,64	46,97%	45,75%	98,35%
02	Aquisição de bens e serviços	2 900 403,63	2 446 783,18	453 620,45	84,36%	1 187 739,84	1 712 663,79	40,95%	21,66%	91,34%
03	Juros e outros encargos	393 943,36	376 846,72	17 096,64	95,66%	134 987,66	258 955,70	34,27%	1,59%	92,07%
04	Transferências correntes	225 411,00	141 550,01	83 860,99	62,80%	84 070,23	141 340,77	37,30%	24,46%	77,35%
05	Subsídios	25 000,00	25 000,00	0,00	100,00%	17 000,00	8 000,00	68,00%	50,00%	100,00%
06	Outras despesas correntes	169 413,00	128 387,21	41 025,79	75,78%	105 621,12	63 791,88	62,35%	28,38%	93,03%
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		<b>7 771 301,99</b>	<b>7 091 813,51</b>	<b>679 488,48</b>	<b>91,26%</b>	<b>3 435 218,21</b>	<b>4 336 083,78</b>	<b>44,20%</b>	<b>26,31%</b>	<b>93,37%</b>
07	Aquisição de bens de capital	3 299 520,33	1 357 753,72	1 941 766,61	41,15%	538 529,29	2 760 991,04	16,32%	4,65%	83,42%
08	Transferências de capital	130 688,00	10 633,88	120 054,12	8,14%	5 007,96	125 680,04	3,83%	7,00%	48,90%
09	Activos financeiros	32 300,00	32 300,00	0,00	100,00%	16 150,00	16 150,00	50,00%	49,98%	99,96%
10	Passivos financeiros	1 660 082,00	1 657 777,84	2 304,16	99,86%	659 770,09	1 000 311,91	39,74%	6,11%	97,09%
11	Outras despesas de capital	119 230,40	117 310,40	1 920,00	98,39%	0,00	119 230,40	0,00%	0,00%	0,00%
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>5 241 820,73</b>	<b>3 175 775,84</b>	<b>2 066 044,89</b>	<b>60,59%</b>	<b>1 219 457,34</b>	<b>4 022 363,39</b>	<b>23,26%</b>	<b>5,31%</b>	<b>86,66%</b>
<b>TOTAL DE DESPESAS</b>		<b>13 013 122,72</b>	<b>10 267 589,35</b>	<b>2 745 533,37</b>	<b>78,90%</b>	<b>4 654 675,55</b>	<b>8 358 447,17</b>	<b>35,77%</b>	<b>16,02%</b>	<b>90,35%</b>

**Gráfico 1 – Evolução comparativa do orçamento da despesa**

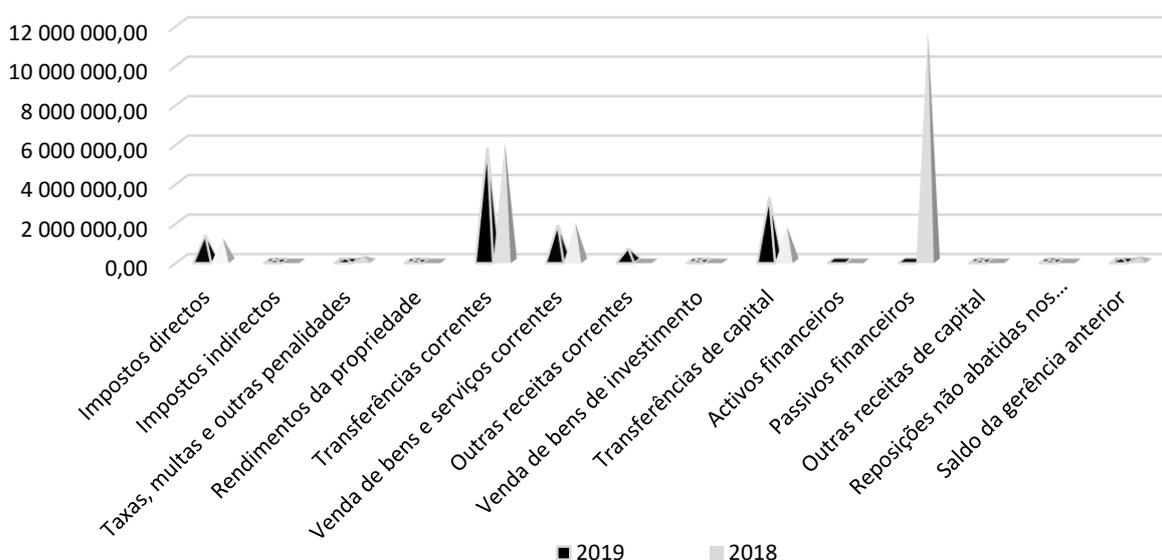


## Mapa 2 – Execução Orçamental da Receita (em Euros)

Classif. Económica da Receita		Previsões	Receita Cobrada	Saldo	Grau Exec. Jun 19	Grau Exec. Jun 18	Grau Exec. Dez 18
Cl.	Designação	Corrigidas	Liquida				
01	Impostos directos	1 312 499,00	565 656,61	-746 842,39	43,10%	43,96%	81,36%
02	Impostos indirectos	16 052,00	10 397,83	-5 654,17	64,78%	54,04%	93,20%
04	Taxas, multas e outras penalidades	111 459,00	45 767,84	-65 691,16	41,06%	16,41%	33,82%
05	Rendimentos da propriedade	183,00	0,00	-183,00	0,00%	0,00%	0,00%
06	Transferências correntes	5 747 305,00	2 804 839,70	-2 942 465,30	48,80%	48,22%	96,75%
07	Venda de bens e serviços correntes	1 828 809,00	782 884,35	-1 045 924,65	42,81%	26,70%	68,38%
08	Outras receitas correntes	634 711,00	10 261,69	-624 449,31	1,62%	20,85%	135,61%
	<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>9 651 018,00</b>	<b>4 219 808,02</b>	<b>-5 431 209,98</b>	<b>43,72%</b>	<b>42,38%</b>	<b>87,35%</b>
09	Venda de bens de investimento	70,00	0,00	-70,00	0,00%	0,00%	3571,43%
10	Transferências de capital	3 228 233,40	691 840,33	-2 536 393,07	21,43%	11,96%	39,11%
11	Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
12	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	99,46%
13	Outras receitas de capital	6 197,00	1 668,03	-4 528,97	26,92%	-3,04%	31,64%
	<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>3 234 500,40</b>	<b>693 508,36</b>	<b>-2 540 992,04</b>	<b>21,44%</b>	<b>2,24%</b>	<b>91,59%</b>
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	849,00	303,10	-545,90	35,70%	8,94%	7,68%
16	Saldo da gerência anterior	126 755,72	126 755,72	0,00	100,00%	100,00%	100,00%
	<b>OUTRAS RECEITAS</b>	<b>127 604,72</b>	<b>127 058,82</b>	<b>-545,90</b>	<b>99,57%</b>	<b>98,44%</b>	<b>98,42%</b>
	<b>TOTAL DE RECEITAS</b>	<b>13 013 123,12</b>	<b>5 040 375,20</b>	<b>-7 972 747,92</b>	<b>38,73%</b>	<b>18,94%</b>	<b>89,94%</b>

## Gráfico 2 – Evolução comparativa do orçamento da receita

Orçamento da Receita - Ano N Vs. Ano N-1



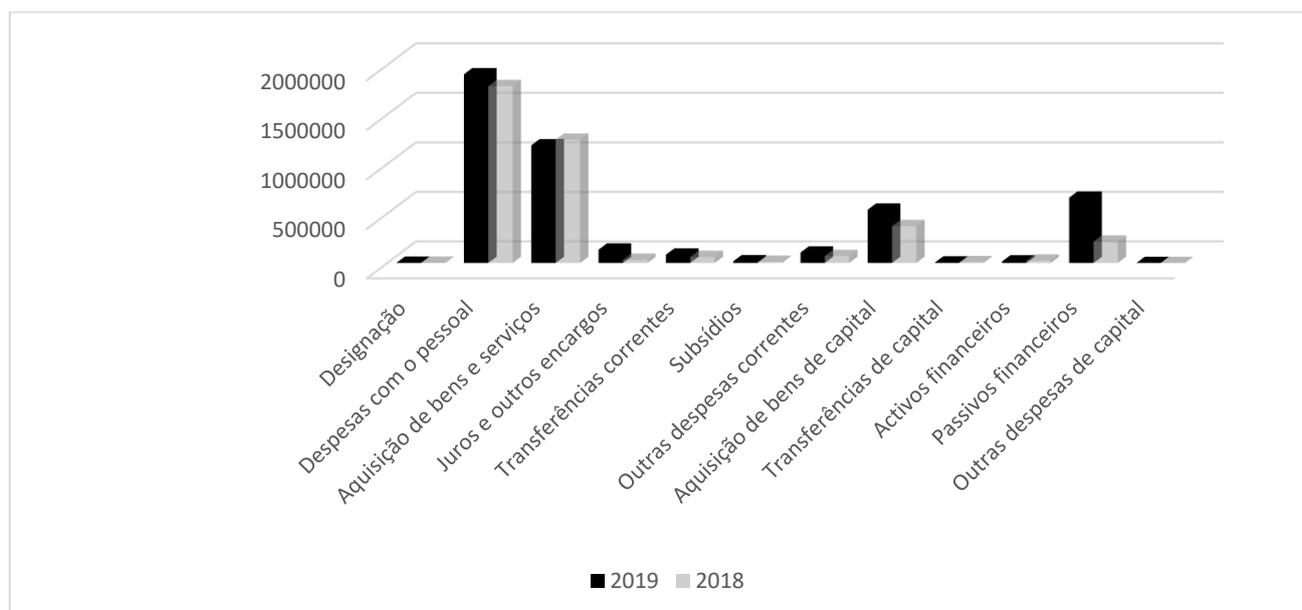
### Mapa 3 – Indicadores de Análise da evolução da Despesa

Rácios de estrutura da despesa	Considerando despesa paga		Considerando despesa comprometida	
	jun/19	jun/18	jun/19	jun/18
Receita total / Despesa total	108,29%	118,22%	49,09%	21,92%
Receita corrente / Despesa corrente	122,84%	123,96%	59,50%	35,29%
Receita capital / Despesa capital	56,87%	51,51%	21,84%	3,41%
Despesa Pessoal / Despesa Total	40,94%	46,66%	38,70%	18,35%
Aq. Bens Serviços / Despesa Total	25,52%	32,53%	23,83%	24,52%
Aq. Bens Capital / Despesa Total	11,57%	9,72%	13,22%	28,85%
Serviço da Dívida / Despesa Total	14,17%	5,65%	16,15%	15,93%
Receitas próprias / Despesa Total	33,16%	35,34%	15,03%	6,55%
Transferências recebidas / Despesa Total	75,12%	82,88%	34,06%	15,37%
Juros e outros encargos / Despesa Total	2,90%	0,84%	3,67%	9,67%

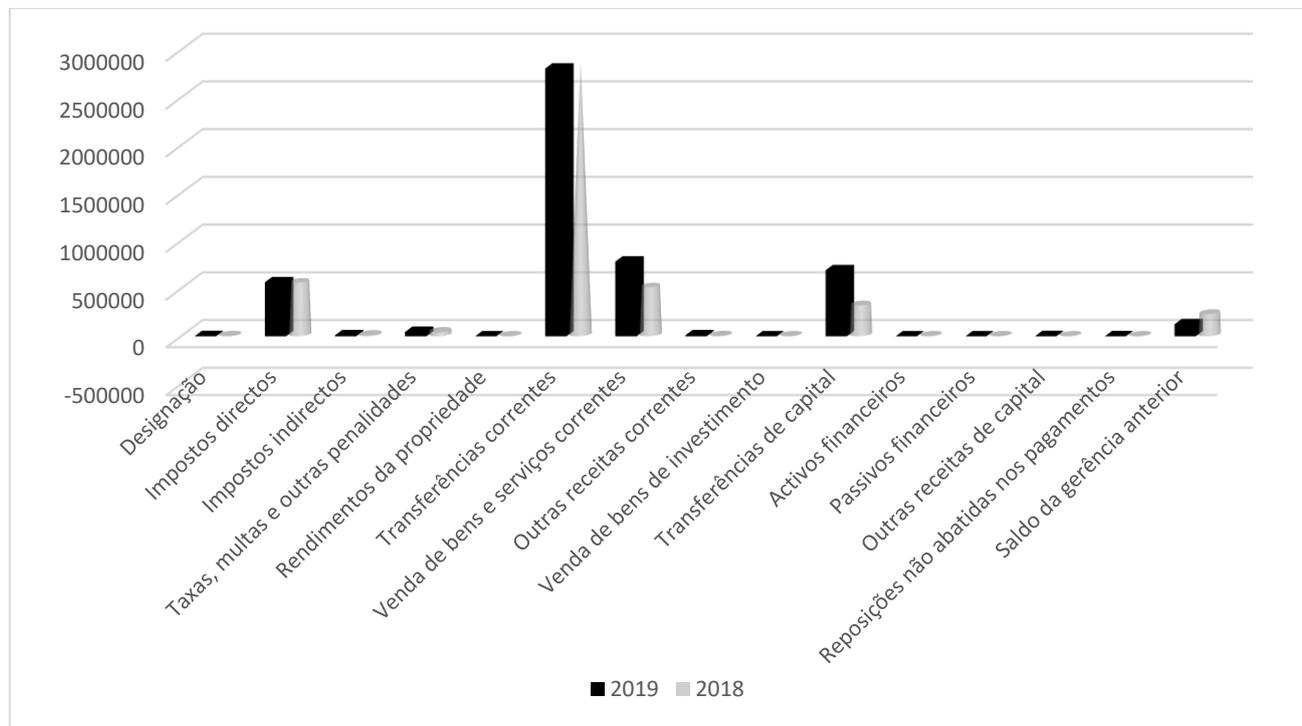
### Mapa 4 – Indicadores de Análise da evolução da Receita

Rácios de estrutura da receita	jun/19	jun/18
Receitas próprias / Receita total	30,63%	29,89%
Transferências recebidas / Receita Total	69,37%	70,11%

### Gráfico 3 – Evolução comparativa da despesa paga (junho 2019 Vs. Junho 2018)



**Gráfico 4 – Evolução comparativa da receita cobrada (junho 2019 Vs. Junho 2018)**



6. Considerando o mapa referente à execução da despesa paga, em termos globais, a execução das despesas correntes atinge o indicador de 44,20% (que compara com uma execução de 26,31% em junho de 2018) e a execução das despesas de capital ronda os 23,26% (que compara com cerca de 5,31% em igual período do ano transato), pelo que, em termos comparativos, se regista uma evolução favorável na execução da despesa, em que globalmente, as despesas pagas representam 35,77% das dotações corrigidas, facto que compara com os 16,02% assinalados em junho de 2018 e 90,35% em dezembro do mesmo ano.

Tendo por base a ótica dos compromissos já assumidos, o grau global da execução da despesa é de 78,90% (contra 86,42% em igual período do exercício anterior), sendo que nas despesas correntes os compromissos assumidos representam 91,26% das dotações corrigidas (que compara com 92,41% em igual período do ano anterior) enquanto nas despesas de capital os compromissos assumidos representam cerca de 60,59% da dotação existente (rácio que compara com 80,17% da dotação existente em igual período do ano anterior).

Ao nível da despesa corrente destaca-se a execução orçamental ao nível dos subsídios concedidos (apesar de ser a subrubrica menos representativa da despesa corrente), tendo superado em 18% o rácio expectável para o período objeto de análise, se assumirmos a execução linear da despesa ao longo do ano. Destaque

também para as “outras despesas correntes”, que apresentou um grau de execução de 62,35%, largamente superior ao período homólogo de 2018, quando o grau de execução verificado foi de apenas 28,38%. Em sentido inverso, destacamos o menor desempenho na execução orçamental relativa aos juros e outros encargos, fixada nos 34,27% (ainda que se tenha verificado um crescimento face aos 1,59% executados em igual período do exercício anterior), essencialmente relacionado com o efeito da concretização do plano de saneamento financeiro.

As despesas com pessoal encontram-se executadas em 46,97% (ligeiramente superior aos 45,75% apresentados em junho de 2018), próximo dos valores expectáveis para o período analisado. Para o efeito, contribuíram menores desempenhos orçamentais ao nível da execução da despesa com o pessoal em rubricas significantes, em valor, nomeadamente, as rubricas “Contribuições para Segurança Social” (40,84% de execução de despesa) e “subsídios de refeição” (execução de 42,76%).

Analisando a execução do orçamento da despesa corrente ao nível da aquisição de bens e serviços, assiste-se a um acréscimo de 19,29 p.p. face a igual período de 2018 (de 21,66% em junho de 2018 para 40,95% em junho de 2019). O grau de execução orçamental está relacionado com o volume de despesa paga face às dotações corrigidas, sendo os itens mais substanciais e de menor execução a “aquisição de gasóleo” (grau de execução de 42,95%), “mercadorias para venda - água” (38,49% de execução do orçamento), “encargos das instalações” (44,81%), “estudos, pareceres, projetos e consultadoria”, com 39,93% de execução orçamentada e “outros trabalhos especializados” (execução orçamental de 39,10%).

Ao nível das despesas de capital assiste-se a um incremento face a junho de 2018 (23,26% em junho de 2019 contra 5,31% de junho anterior), situação que resulta do aumento da despesa paga face às dotações corrigidas, quando comparados os dois períodos. Não obstante o incremento apresentado, importa realçar as situações de menor desempenho de execução orçamental ao nível das aquisições de bens de capital (16,32% que compara com 4,65% do período homólogo anterior) e das transferências de capital, executadas em 3,83% no semestre em análise (resultante da inexistência de transferências a favor de Freguesias e Associações de Municípios e instituições sem fins lucrativos – apoio ao associativismo) quando no mesmo período do ano anterior, o rácio era de 7%.

A rubrica “aquisições de bens de capital” é a mais representativa da despesa de capital (aproximadamente 63%) e o seu grau de execução, situado nos 16,32%, está diretamente relacionado com o montante de despesas pagas referentes a “Investimentos em Escolas” (91.194,19 € de despesas pagas face a 1.390.157,00 € de dotações corrigidas) e “Equipamento informático” (29.329,98 € de despesas pagas de um total de 424.962,00 € de despesa prevista). Importa referir que o grau de execução das “aquisições de bens de capital” evoluiu cerca de 12% em relação ao período homólogo do ano transato.

Tendo em consideração que esta informação reporta às contas semestrais, assumindo a linearidade da execução da despesa, os graus de execução orçamental deveriam situar-se, em média, próximo dos 50%, como já foi referido.

O grau de execução orçamental está diretamente relacionado com o volume de despesa paga, situação que regista acréscimo de desempenho face ao igual período do exercício anterior fruto da concretização do plano de saneamento financeiro.

7. A execução orçamental da receita, globalmente, fixa-se nos 38,73% (face a 18,94% apurados em junho de 2018), apresentando, por isso, uma evolução positiva, e para a qual contribuiu a cobrança de receita de capital (apresenta melhores índices do que os verificados em igual período do ano anterior).

Na análise à receita corrente, verifica-se a obtenção de um indicador moderado, na linha do verificado no período homólogo do ano anterior (43,72% e 42,38%, respetivamente) situação decorrente da menor obtenção de receitas referentes a “taxas, multas e outras penalidades” (por exemplo, juros de mora), “venda de bens e serviços correntes” (nomeadamente, serviços específicos das autarquias – tarifas fixas da água, saneamento e resíduos sólidos) e das outras receitas correntes.

De todo o modo, importa referir que a execução orçamental ao nível dos impostos indiretos é superior ao esperado para o semestre em análise, na linha do sucedido no semestre homólogo de 2018 (desempenhos de 64,78% e 54,04%, respetivamente). Este rácio é consequência das receitas cobradas referentes a impostos oriundos de “ocupação de via pública” e “publicidade”, que apresentaram graus de execução assinaláveis (112,20% e 76,77%, respetivamente).

Respeitante às “outras receitas correntes”, apurou-se um grau de execução orçamental de 1,62% (ainda menor que os modestos 20,85% de junho de 2018), resultante da não obtenção de receitas previstas na rubrica “diversas” (previsões corrigidas de 634.220 € e cobrança, até junho de 2018 de 10.261,69 €).

A venda de bens e serviços correntes regista um grau de execução ligeiramente abaixo do expectável (42,81% contra 26,70% em junho de 2018), facto relacionado com a venda de água (execução de 28,01%), correspondente tarifa fixa (execução de 40,17% do orçamento) e venda de outros bens (execução de 12,46% do orçamento).

No que toca às transferências correntes (que se destacam como a rubrica com maior peso na receita - cerca de 66% das receitas correntes cobradas e 55,65% do total da receita cobrada), estas apresentam um grau de execução bastante próximo do expectável (48,80%) em junho de 2019, a par do que acontecera em semelhante período do ano anterior (48,22%).

Na análise da receita de capital, constata-se que as transferências de capital obtidas representam cerca de 21,43% da previsão corrigida (contra 11,96% em igual período do exercício anterior), sendo que a não

obtenção de um indicador de maior relevância encontra-se especialmente relacionada com a receita proveniente da comparticipação comunitária de projetos cofinanciados (obtidos 210.753,89 € até junho de 2019 para uma previsão anual corrigida de 2.276.989,40 € - execução orçamental de 9,26%). O desempenho desta subrubrica influencia a execução orçamental global da receita de capital, já que representa 99,81% desta.

De referir ainda que, nos termos da alínea b) do ponto 3.3.1 do POCAL (regras previsionais), as importâncias relativas a transferências de capital só podem ser consideradas no orçamento "*desde que estejam em conformidade com a efetiva atribuição ou aprovação pela entidade competente*".

- 8.** Em consistência com a informação explanada nos parágrafos anteriores, verifica-se que na ótica da despesa paga, a cobertura da despesa corrente pela receita corrente é de 122,84% em junho de 2019, quando em igual período do ano anterior havia sido de 123,96%. Na ótica da despesa comprometida, as despesas correntes são suportadas em 59,50% pelas receitas correntes quando no primeiro semestre do ano anterior a mesma relação era de 35,29%.

Considerando as receitas e as despesas de capital, na ótica da despesa paga, em junho de 2019 verifica-se uma evolução positiva face a junho de 2018, isto é, as despesas de capital são cobertas com receitas de capital em 56,87% e em 51,51% no ano imediatamente anterior. Com por base a ótica da despesa comprometida, até junho de 2019 as despesas de capital encontravam-se cobertas em 21,84% pelas receitas de capital, quando em igual período de 2018 o mesmo rácio se fixava nos 3,41%.

- 9.** No que concerne às receitas próprias e reportando a informação ao término do primeiro semestre de 2019, identifica-se um acréscimo, face a igual período do ano anterior, isto é, passaram de 1.352.869 € em junho de 2018 para 1.543.695 € em junho de 2019 (incremento de 190.826 €). Pese embora o acréscimo apurado (cerca de 14%), o mesmo revelou-se menos acentuado que o da despesa total (aproximadamente 22%) para os mesmos períodos de análise (incremento de 826.240 €), originando um decréscimo de 2,17 pp. da cobertura das despesas totais com receitas próprias, na ótica da despesa paga. Na ótica da despesa comprometida, a evolução é positiva, sendo que as despesas totais são cobertas, em junho de 2019, por 15,03% das receitas próprias, mais do dobro do período homólogo de 2018, quando o rácio se fixou nos 6,55%.
- 10.** A despesa comprometida até 30 de junho de 2019 mostrou-se superior em 5.227.214,15 €, relativamente à receita cobrada, quando este valor ascendia a 16.123.627,50 € a 30 de junho de 2018, sendo que a evolução verificada está relacionada com a execução do plano de saneamento financeiro e que permitiu a regularização de dívida assumida em vários períodos anteriores.

## ANÁLISE ECONÓMICA

11. Os custos e os proveitos revelam os valores e a evolução a seguir representados:

### Mapa 5 – Estrutura dos Proveitos e Ganhos (em Euros)

Proveitos e Ganhos		jun/19	%	jun/18	%	dez/18	%
Cl.	Designação						
71	Vendas e prestações de serviços	507 145,62	10,32%	438 782,54	7,26%	935 105,92	8,13%
72	Impostos e taxas	647 726,92	13,19%	687 176,44	11,36%	1 048 419,26	9,11%
73	Proveitos Suplementares	168 225,46	3,42%	161 017,86	2,66%	373 438,74	3,25%
74	Transferências e subsídios obtidos	3 289 680,61	66,97%	3 116 546,52	51,53%	6 280 887,68	54,60%
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00%	0,00	0,00%	4 104,95	0,04%
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
78	Proveitos e ganhos financeiros	412,97	0,01%	121,48	0,00%	4 190,46	0,04%
79	Proveitos e ganhos extraordinários	298 878,53	6,08%	1 644 298,71	27,19%	2 857 249,75	24,84%
	<b>TOTAL DE PROVEITOS</b>	<b>4 912 070,11</b>	<b>100,00%</b>	<b>6 047 943,55</b>	<b>100,00%</b>	<b>11 503 396,76</b>	<b>100,00%</b>

### Mapa 6 – Estrutura dos Custos e Perdas (em Euros)

Custos e Perdas		jun/19	%	jun/18	%	dez/18	%
Cl.	Designação						
61	Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	227 840,44	5,25%	216 592,62	4,42%	387 095,76	4,10%
62	Fornecimentos e serviços externos	999 574,35	23,04%	1 120 610,26	22,86%	2 164 290,49	22,92%
63	Transf. e subsíd. corr. conced. e prest. sociais	90 436,96	2,08%	73 116,78	1,49%	188 717,18	2,00%
64	Custos com o pessoal	2 095 561,41	48,30%	1 852 794,29	37,79%	3 646 250,77	38,61%
65	Outros custos e perdas operacionais	35 387,14	0,82%	35 804,35	0,73%	51 562,32	0,55%
66	Amortizações do exercício	699 043,73	16,11%	703 986,48	14,36%	1 415 403,86	14,99%
67	Provisões do exercício	1 398,62	0,03%	753 156,84	15,36%	810 850,99	8,59%
68	Custos e perdas financeiros	167 334,94	3,86%	132 193,69	2,70%	526 175,14	5,57%
69	Custos e perdas extraordinários	22 124,19	0,51%	14 065,05	0,29%	253 854,28	2,69%
	<b>TOTAL DE CUSTOS</b>	<b>4 338 701,78</b>	<b>100,00%</b>	<b>4 902 320,36</b>	<b>100,00%</b>	<b>9 444 200,79</b>	<b>100,00%</b>

12. A estrutura de proveitos e ganhos sofreu um decréscimo face a igual período do ano anterior (menos 1.135.873,44 € ou -18,78%), variação que se encontra associada aos decréscimos verificados na rubrica de "Proveitos e Ganhos Extraordinários", sendo que no primeiro semestre de 2018 se procedeu à correção de estimativas com provisões já provenientes de exercícios anteriores. Concretamente, no primeiro semestre de 2018, no decurso das negociações do plano de saneamento financeiro com Caixa Geral de

Depósitos (CGD), ficou acordada a não existência de juros associados ao incumprimento por parte do Município sobre um dos financiamentos existente. Esta situação implicou a anulação de provisões para este efeito pelo montante de 1.030.054,17 €, valor este que, de acordo com o critério da prudência, foi sendo estimado e atualizado ao longo dos exercícios anteriores a 2018.

As variações na rubrica de "Proveitos e ganhos extraordinários" constam de:

Conta	Designação	Saldos em 30 de junho		Variação		Peso na rubrica	
		2019	2018	Δ	%	2019	2018
<b>79</b>	<b>Proveitos e ganhos extraordinários</b>	<b>298 878,53 €</b>	<b>1 644 298,71 €</b>	<b>- 1 345 420,18 €</b>	<b>-81,82%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
793	Ganhos em existências	6 886,99 €	1 727,80 €	5 159,19 €	298,60%	2,30%	0,11%
7931	Sinistros	395,00 €	- €	395,00 €	0,00%	0,13%	0,00%
7938	Outros	6 491,99 €	1 727,80 €	4 764,19 €	275,74%	2,17%	0,11%
794	Ganhos em imobilizações	3 451,36 €	887,63 €	2 563,73 €	288,83%	1,15%	0,05%
7948	Outros	3 451,36 €	887,63 €	2 563,73 €	288,83%	1,15%	0,05%
795	Benefícios de penalidades contratuais	1 132,05 €	2 022,60 €	- 890,55 €	-44,03%	0,38%	0,12%
7951	Multas	294,00 €	801,00 €	- 507,00 €	-63,30%	0,10%	0,05%
7952	Juros de mora	838,05 €	1 221,60 €	- 383,55 €	-31,40%	0,28%	0,07%
796	Reduções de amortizações e provisões	32 213,07 €	1 030 054,17 €	- 997 841,10 €	-96,87%	10,78%	62,64%
7962	Provisões	32 213,07 €	1 030 054,17 €	- 997 841,10 €	-96,87%	10,78%	62,64%
797	Correcções relativas a exercícios anteriores	527,70 €	82,05 €	445,65 €	543,14%	0,18%	0,00%
798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	254 667,36 €	609 524,46 €	- 354 857,10 €	0,00%	85,21%	37,07%
7983	Transferências de capital	254 532,00 €	254 532,00 €	- €	0,00%	85,16%	15,48%
7987	Outros	90,32 €	193 493,94 €	- 193 403,62 €	-99,95%	0,03%	11,77%
7988	Outros não especificados	45,04 €	161 498,52 €	- 161 453,48 €	-99,97%	0,02%	9,82%

A rubrica "Impostos e Taxas" sofreu uma variação negativa de 5,74%, ou seja, 39.449,52 €. O decréscimo verificado está diretamente relacionado com a cobrança de IMI. No que se refere à receita proveniente do IMI, importa referir que as entidades detentoras de exploração de parques eólicos interpuseram ações judiciais à Autoridade Tributária e Aduaneira relativos à cobrança daquele imposto, pelo que tendo as decisões sido favoráveis àquelas, pelo que desde o segundo semestre de 2018 se verifica diminuição de receita associada a este imposto.

No que se refere às "Transferências e subsídios obtidos", é de relevar o acréscimo de 173.134,09 € (ou 5,56%) face ao verificado em igual período do exercício anterior, sendo resultante do acréscimo das transferências associadas ao Orçamento de Estado referentes a "fundos e serviços autónomos". Esta rubrica continua a ser a mais importante na estrutura de proveitos e ganhos, representando cerca de 67%.

Relativamente às restantes rubricas, verificam-se acréscimos nas "Vendas e Prestações de serviços" (mais 68.363,08 € - 15,58%), "Proveitos e ganhos financeiros" (mais 291,49 €, equivalente a um crescimento de 239,95%) e "Proveitos suplementares" (mais 7.207,60 € - 4,48%), sendo que esta última está associada à receita proveniente da renda da conceção trimestral obtida da "EDP".

**13.** No que se refere à estrutura de custos, em termos globais, verifica-se um decréscimo de 563.618,58 € (11,50%) em relação ao verificado em junho de 2018. Das variações existentes importa destacar os principais decréscimos apurados, essencialmente a nível das provisões do exercício (diminuição de 751.758,22 € - 99,81% - efeito de provisões para processos judiciais em curso) e dos “fornecimentos e serviços externos” (redução de 121.035,91 € - 10,80%). Da verificação às rubricas de Fornecimentos e Serviços Externos, utilizando como termo de comparação o primeiro semestre de 2018, apresentamos o seguinte quadro:

Conta	Designação	Saldos a 30 de junho de		Variação	
		2019	2018	Absoluta	%
<b>62</b>	<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	<b>999 574,35 €</b>	<b>1 120 610,26 €</b>	<b>- 121 035,91 €</b>	<b>-10,80%</b>
62211	Electricidade	111 612,25 €	110 238,36 €	1 373,89 €	1,25%
62212	Combustíveis	73 698,64 €	73 377,98 €	320,66 €	0,44%
62214	Outros fluídos	4 848,32 €	7 298,13 €	- 2 449,81 €	-33,57%
62215	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	7 409,94 €	12 299,17 €	- 4 889,23 €	-39,75%
62216	Livros e documentação técnica	1 228,47 €	268,87 €	959,60 €	356,90%
62217	Material de escritório	3 181,12 €	5 111,77 €	- 1 930,65 €	-37,77%
62219	Rendas e alugueres	33 193,62 €	69 164,99 €	- 35 971,37 €	-52,01%
62221	Despesas de representação	3 295,51 €	3 956,33 €	- 660,82 €	-16,70%
62222	Comunicação	18 042,30 €	23 661,74 €	- 5 619,44 €	-23,75%
62223	Seguros	21 903,69 €	26 519,80 €	- 4 616,11 €	-17,41%
62226	Transportes de pessoal	1 197,43 €	214,44 €	982,99 €	458,40%
62227	Deslocações e estadas	60,10 €	- €	60,10 €	-
62229	Honorários	19 034,00 €	7 657,80 €	11 376,20 €	148,56%
62231	Contencioso e notariado	685,17 €	816,00 €	- 130,83 €	-16,03%
62232	Conservação e reparação	32 190,96 €	118 537,12 €	- 86 346,16 €	-72,84%
62233	Publicidade e propaganda	2 872,44 €	2 728,56 €	143,88 €	5,27%
62234	Limpeza, higiene e conforto	13 370,82 €	4 026,71 €	9 344,11 €	232,05%
62235	Vigilância e segurança	570,12 €	- €	570,12 €	-
62236	Trabalhos especializados	322 849,06 €	290 644,59 €	32 204,47 €	11,08%
62237	Tratamento de resíduos sólidos	39 660,00 €	51 535,21 €	- 11 875,21 €	-23,04%
62238	Tranportes Escolares	56 487,68 €	63 809,12 €	- 7 321,44 €	-11,47%
62239	Saneamento	44 602,82 €	67 904,31 €	- 23 301,49 €	-34,32%
62290	Encargos de cobrança	13 225,64 €	14 662,72 €	- 1 437,08 €	-9,80%
62298	Outros fornecimentos e serviços	174 354,25 €	166 176,54 €	8 177,71 €	4,92%

Das variações mais significativas constantes do quadro acima, importa referir o seguinte:

- Rendas e alugueres: a variação negativa é fruto da diminuição dos contratos de arrendamento (menos 46.681,58 € do que em junho de 2018).

- Honorários: aumento no valor dos serviços jurídicos externos e de outros profissionais liberais em eventos do Município;
- Conservação e reparação: além de reparações de bens do Município, destaca-se essencialmente redução de custos na ordem dos 75.000 € a nível dos “edifícios e outras construções”.
- Saneamento: resulta da diminuição na faturação obtida relativa ao saneamento no primeiro semestre de 2019 em comparação ao ano anterior;
- Trabalhos Especializados: evolução ao nível dos serviços informáticos, estudos e pareceres e “outros serviços especializados”;
- Seguros: os seguros referentes a máquinas e viaturas aumentaram ligeiramente. No entanto, a variação de custos nesta rubrica prende-se com a diminuição de 6.937,68 € identificada nos “outros seguros”.

No que se refere aos “custos com pessoal” verifica-se um acréscimo de 13,10% (mais 242.767,12 €) e esta evolução está associada, essencialmente, ao aumento das remunerações base do pessoal (mais 106.128,08 € que em junho de 2018).

As rubricas de “transferências e subsídios correntes concedidos”, “custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas” e “custos e perdas financeiros” apresentam acréscimos face ao verificado em igual período anterior. Deste modo, as “transferências e subsídios correntes concedidos” aumentaram 17.320,18 € (ou 23,69%), o “custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas” cresceu 11.247,82 € (correspondente a 5,19%) e os “custos e perdas financeiros” evoluíram cerca de 35.141,25 €, ou seja, 26,58%. Relativamente a esta última rubrica, de referir que se mantêm constantes os critérios de registo dos juros face ao relevado em períodos passados (adequada aplicação do princípio da especialização dos exercícios), esta situação justifica-se com o acréscimo dos financiamentos contratados no âmbito do programa de saneamento financeiro.

Relativamente às rubricas de “outros custos e perdas operacionais” e “custos e perdas extraordinários”, verificam-se variações diferentes. A primeira, que regista as quotizações a favor das Associações de índole Municipal e Autárquica e impostos e taxas decorrentes da sua atividade, apresenta um decréscimo de 1,17% ou, em valor, 417,21 €. No sentido oposto, os custos e perdas extraordinários cresceram cerca de 57,30% (ou 8.059,14 €) derivado, essencialmente, das correções de custos de períodos anteriores, que em junho de 2019 foram superiores em 13.231,19 € a junho ano anterior. Note-se ainda que estas duas rubricas têm uma “importância” modesta na estrutura de custos e perdas do Município, representando 1,33%, agregadamente.

**14.** Conjugando os efeitos das situações descritas nos parágrafos anteriores, verifica-se um decréscimo de rendimentos superior ao decréscimo dos gastos do período, facto que justifica o desempenho económico inferior ao do primeiro semestre do ano anterior. Para o período em análise, o resultado líquido apurado é de 573.368,33 €, sendo o resultado líquido reportado a junho de 2018 de 1.145.623,19 €.

**15.** A análise da demonstração de resultados intercalar não apresenta obviamente o mesmo rigor que se verifica no final de cada exercício económico, uma vez que neste período intercalar não se encontra assegurada a integral especialização contabilística dos custos e proveitos, especificamente para as situações de reduzido valor contabilístico.

## ANÁLISE FINANCEIRA

**16.** As dívidas a receber e a pagar revelam os valores e a evolução a seguir representados:

### Mapa 7 – Dívidas de terceiros (em Euros)

Classif.	Designação	jun/19	%	jun/18	%	dez/18	%
<b>211+212+213</b>	Clientes, contribuintes e utentes c/c	237 754,90	85,61%	236 704,33	82,49%	202 948,50	81,88%
<b>218</b>	Clientes, contribuintes e utentes de cob. duvidosa	0,00	0,00%	2 325,42	0,81%	2 420,43	0,98%
<b>24</b>	Estado e outros entes públicos	5 688,36	2,05%	9 912,02	3,45%	7 814,40	3,15%
<b>264</b>	Administração Autárquica	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
<b>262+263+267+268</b>	Outros Devedores	34 291,20	12,35%	38 010,40	13,25%	34 678,47	13,99%
<b>28</b>	Empréstimos concedidos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	<b>Total Curto Prazo</b>	<b>277 734,46</b>	<b>100,00%</b>	<b>286 952,17</b>	<b>100,00%</b>	<b>247 861,80</b>	<b>100,00%</b>
	<b>Total Médio Longo Prazo</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
	<b>TOTAL DE DÍVIDAS DE TERCEIROS</b>	<b>277 734,46</b>	<b>100,00%</b>	<b>286 952,17</b>	<b>100,00%</b>	<b>247 861,80</b>	<b>100,00%</b>

### Mapa 8 – Dívidas a terceiros (em Euros)

Classif.	Designação	jun/19	%	jun/18	%	dez/18	%
2311	Empréstimos de curto prazo	1 660 080,73	10,57%	888 279,50	5,14%	1 660 080,73	10,08%
221	Fornecedores c/c	817 389,24	5,20%	3 905 875,45	22,61%	852 904,75	5,18%
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	315 571,80	2,01%	391 692,23	2,27%	136 992,72	0,83%
217	Clientes e utentes c/cauções	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	94 396,49	0,60%	4 411 147,13	25,53%	316 687,83	1,92%
2618	F. imobilizado - Facturas em recepção e conferência	13 796,75	0,09%	77 899,51	0,45%	68 312,49	0,41%
24	Estado e outros entes públicos	534 414,98	3,40%	596 350,00	3,45%	532 459,93	3,23%
264	Administração Autárquica	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
262+263+267+268	Outros credores	544 192,15	3,46%	4 246 453,76	24,58%	340 774,46	2,07%
	<b>Total Curto Prazo</b>	<b>3 979 842,14</b>	<b>25,33%</b>	<b>14 517 697,58</b>	<b>84,03%</b>	<b>3 908 212,91</b>	<b>23,73%</b>
2312	Dívidas a instituições de crédito	11 731 191,07	74,67%	2 758 723,45	15,97%	12 548 194,45	76,18%
2689	Outros credores	0,00	0,00%	0,00	0,00%	16 150,00	0,10%
	<b>Total Médio Longo Prazo</b>	<b>11 731 191,07</b>	<b>74,67%</b>	<b>2 758 723,45</b>	<b>15,97%</b>	<b>12 564 344,45</b>	<b>76,27%</b>
	<b>TOTAL DE DÍVIDAS A TERCEIROS</b>	<b>15 711 033,21</b>	<b>100,00%</b>	<b>17 276 421,03</b>	<b>100,00%</b>	<b>16 472 557,36</b>	<b>100,00%</b>

**17.** As dívidas a receber apresentam um decréscimo, face ao igual período do ano anterior, de 9.217,71 € (menos 3,21%) e um acréscimo de 29.872,66 € (correspondente a 12,05%) quando comparado com dezembro de 2018. A variação negativa identificada entre junho de 2018 e 2019 está relacionada, fundamentalmente, com o decréscimo dos saldos de "Outros Devedores" e de "IVA a recuperar do Estado".

**18.** No que se refere às dívidas a pagar, em comparação com junho de 2018, importa destacar a diminuição do passivo global (englobando o curto e o médio e longo prazo) no montante de 1.565.387,82 €, isto é, menos 9,06 pontos percentuais. Se o termo de comparação for dezembro de 2018, o decréscimo é de 761.524,15 € (menos 4,62%), situação que se explica pela amortização do passivo bancário. As dívidas a fornecedores (conta corrente e de imobilizado), quando comparadas a junho de 2018, sofreram um decréscimo de 7.545.460,04 € e, quando comparados com dezembro de 2018, apresentam um decréscimo de 133.743,51 €, situação associada à concretização do plano de saneamento financeiro, facto que permitiu regularizar as contas de terceiros. Em sentido oposto, em virtude do plano de saneamento financeiro, o endividamento bancário aumentou em junho de 2019, face a junho de 2018 pelo montante de 9.744.268,85 € (mais 267,19%), pese embora na comparação com dezembro de 2018 tenha diminuído 817.003,38 €, ou seja, 5,75% (em dezembro de 2018 já tinha ocorrido a receção de valores do saneamento financeiro e o Município já se encontrava a amortizar dívida).

**19.** No âmbito da **Lei das Finanças Locais** (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) **Capítulo V**, verifica-se que:

- a)** A informação remetida à DGAL (Direção Geral das Autarquias Locais) reportada a 30 de junho de 2019, aponta o Município como tendo um montante em excesso de dívida no valor de 3.063.061 € (que compara com 4.515.463 € em junho de 2018, com 5.883.462 € em junho de 2017, com 7.139.263 € em junho de 2016 e 8.757.064 € em junho de 2015). Contudo, importa salientar que com reporte a 30 de junho de 2019, o Município tinha procedido à redução do excesso de endividamento em 25,18%, indo de encontro a práticas já ocorridas em períodos anteriores. De realçar também que, nos termos do n.º 1 do artigo 89.º da Lei do Orçamento do Estado para 2019 (Lei n.º 71/2018 de 31 de dezembro), as entidades incluídas no subsetor da administração local, reduzem no mínimo, 10% dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL) à data de setembro de 2018.
- b)** O excesso de endividamento e a existência de créditos de terceiros já largamente vencidos em resultado do acumulado de situações de vários anos anteriores, justificam que o prazo médio de pagamentos seja de 637 dias (em 31 de dezembro de 2018) e de 213 dias com reporte a 30 de junho de 2019.
- c)** Nos termos do previsto pela alínea b) do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, a existência de constrangimentos financeiros associados ao excesso de endividamento, são reveladores de dificuldades na prossecução do “Plano Plurianual de Investimento” do Município, pelo que a sua execução tem sido condicionada em termos temporais.
- d)** Adicionalmente, a situação de dívidas acumuladas pelo Município, tal como demonstra a ficha do Município reportada ao segundo trimestre de 2019 obtida da DGAL, permite aferir pelo não cumprimento do n.º 1 do artigo 52.º da Lei das Finanças Locais, razão pela qual o Município continua obrigado, em cada ano, ao cumprimento da redução de 10% do excesso de endividamento.

**20.** Nos termos da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro) e correspondente regulamentação (Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho), a título informativo, refere-se que:

- i) Os compromissos assumidos não podem ultrapassar os fundos disponíveis (n.º 2 artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 17/2012 de 21 de junho), situação devidamente demonstrada no mapa de “Fundos Disponíveis” obtido a partir do sítio na internet na DGAL (Direção Geral das Autarquias Locais). Deste modo, com reporte da informação a 30 de junho de 2019, os fundos disponíveis ascendiam a 983.368,71 €;

- ii) Nos termos do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, para efeitos de cumprimento do artigo 7.º da LPCA (Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro), no final de cada mês os pagamentos em atraso não podem ser superiores aos verificados no final do mês anterior.

Viseu, 13 de setembro de 2019

O Revisor Oficial de Contas

---

Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, SROC, Lda. n.º 282, CMVM n.º 20161575  
Representada por Carlos Eduardo Brás Fonseca, ROC n.º 1492, CMVM n.º 20161102